



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 2 de abril de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Nogueira reconhece carência de profissionais qualificados CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL OPINIÃO	2
JORNAL DO COMMERCIO Pujança do PIM atrai mão de obra qualificada' ECONOMIA	3
JORNAL DO COMMERCIO Pujança do PIM atrai mão de obra qualificada' (continuação) ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO Trabalho ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO Bacalhau da Amazônia em São Paulo EMPRESAS	6
A CRITICA sim & não OPINIÃO	7
AMAZONAS EM TEMPO Polo de piscicultura recebe investimentos de R\$ 10 mi ECONOMIA	8
AMAZONAS EM TEMPO Sérgio Frota PLATÉIA	9
DIÁRIO DO AMAZONAS Opinião	10

Nogueira reconhece carência de profissionais qualificados

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, não vê como um problema o fato do Amazonas atrair mão de obra qualificada de outros Estados da federação e até do exterior. O dirigente avalia essa prática como um sinal de pujança da economia amazonense, da sua complexidade e do grau de desenvolvimento. No entanto, Thomaz Nogueira reconhece que há uma carência de mais profissionais qualificados por entender que o mercado está demandando mais e mais desses profissionais.

EDITORIAL

Demanda por qualidade e poucos resultados dos investimentos feitos

O superintendente Thomaz Nogueira parece ter uma visão um tanto ufanista em relação à economia amazonense, quando fala que não vê como um problema o fato do Amazonas atrair mão de obra qualificada de outros Estados e até do exterior,

avaliando essa prática como um sinal de pujança da economia amazonense.

Avaliar como pujança de um modelo econômico o fato de não ter mão de obra qualificada para atender sua própria demanda, quando deveria, sim, pelo tempo de sua existência, pelos grandes investimentos feitos em projetos como a Fucap e o CBA, bem como

pela geração de grandes volumes de recursos com a Lei de Informática, de mandar e exportar capital intelectual tecnológico de mais alta qualidade.

Até hoje se desconhece respostas à altura das nossas necessidades de capital intelectual tecnológico e administrativo com formação direcionada para as atividades do PIM, a despeito de se

ter visto nascer e crescer em Manaus dezenas de faculdades, e de ser implantado no Estado uma segunda grande universidade pública.

O Polo Industrial deve, sim, à população amazonense uma satisfação urgente e imediata nesse quesito, mesmo se ponderando que, se culpa existe, deve ela ser repartida com outros setores, entre eles o

próprio governo, que vem nivelando por baixo a questão da qualificação de mão de obra para a nossa indústria de alta tecnologia.

Afirmar que seria extremamente complicado para nós se a mão de obra que atraímos fosse aquela que tem menos qualificação, implica também em confirmar que temos excedente nesse nível.

Pujança do PIM atrai mão de obra qualificada'

Margarida Galvão
Especial para o JJC

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, não vê como um problema o fato do Amazonas atrair mão de obra qualificada de outros Estados da federação e até do exterior. O dirigente avalia essa prática como um sinal de pujança da economia amazonense, da sua complexidade e do grau de desenvolvimento. Nogueira garante que o amazonense que se qualifica e se prepara tem espaço no mercado de trabalho local, inclusive em cargos de direção nas empresas do Distrito Industrial.

Tomaz Nogueira atesta haver amazonenses qualificados atuando em diversos postos de trabalho de direção em empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Pessoas, segundo ele, capacitadas para dirigir empresas de qualquer tamanho e em áreas diversificadas. "Temos uma série de empresas de natureza comercial que têm uma gestão extremamente complexa, portanto creio que temos uma evolução muito grande neste sentido", assegurou.

No entanto, Thomaz Nogueira reconhece que há uma carência de mais profissionais qualificados por entender que o mercado está demandando mais e mais desses profissionais. "Tem que ser feito mais investimento na capacitação de mão de obra local, que já é de excelente qualificada, mas que precisa ser ampliada a sua quantidade", assinalou o dirigente, destacando que uma caracte-

terística de todas as regiões desenvolvidas é a interação muito grande de mão de obra.

De acordo com o superintendente da Suframa, quando a União Europeia foi criada um dos pontos trabalhados foi a livre movimentação de recursos humanos, uma característica das economias mais avançadas que vai buscar talentos em qualquer parte do mundo. "Em Manaus temos mão de obra de todos os outros Estados da federação. Eu costumo dizer que temos amazonenses de todos os Estados brasileiros por conta da dinâmica da economia do Estado", destacou.

O superintendente da autarquia disse ainda que é preciso deixar claro o seguinte: Sendo a economia amazonense dinâmica, ela atrai mão de obra e mão de obra qualificada. "Portanto, seria extremamente complicado para nós se a mão de obra que atraímos fosse aquela que tem menos qualificação", observou.

Indicadores industriais divulgados na última semana pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) apontam que o PIM fechou janeiro com 119.170 postos de trabalho. O número superou em 8.133 o total de empregados em relação ao mês de janeiro de 2011, quando 111.037 pessoas - entre mão de obra efetiva, temporária e terceirizada - estavam empregadas. Thomaz Nogueira avalia que grande parte desses trabalhadores são qualificados e preparados para atuar em cargos de todos os escalões.

Esforço conjunto

A diretora-presidente da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), Iza Assef, também afirmou que o Amazonas já tem um grande número de pessoas qualificadas, mas que ainda é pouco para o tamanho da atividade industrial e comercial que existe nesta cidade. A executiva defende um esforço conjunto entre as instituições de ensino com a finalidade de fortalecer a mão de obra já existente. "Não falta emprego, faltam pessoas qualificadas para ocupar as vagas existentes na era da tecnologia moderna e da Infovia", destacou.

Segundo Iza Assef, a mão de obra mais difícil de conseguir hoje são engenheiros, cuja baixa oferta de profissionais não é uma exceção do Amazonas, mas em todo o país. "A engenharia é uma área que está bastante ativa na construção civil, que tem escassez dessa mão de obra qualificada", comentou, destacando ainda que físicos e doutores em informática também estão escassos e é preciso investir nessas áreas.

Ao ser questionada a respeito da contribuição da Fucapi na qualificação profissional de mão de obra local, Iza Assef disse que a fundação trabalha tanto com a educação formal, como na área de curta duração. Neste sentido, a fundação treina pessoas para melhorar a atividade e a eficiência do desenvolvimento das tarefas. Por meio do programa Pró-Indústria, executado pelo Centro de Pós-Graduação e Extensão (CPGE) da instituição, são oferecidos cursos

Pujança do PIM atrai mão de obra qualificada' (continuação)

“
**Não falta
emprego,
faltam pessoas
qualificadas para
ocupar as vagas
existentes na era
da tecnologia
moderna da
Infovia**
”

Isa Assef, da Fucapi

organizados em 18 pacotes por área de interesse da indústria. “O programa visa qualificar a mão de obra na capital e suprir, principalmente, o PIM”, disse.

A Fucapi tem do ensino médio à pós-graduação, sempre focado na área de tecnologia. São oito cursos de nível superior, que

somados aos profissionalizantes e pós-graduação chega a quase 8 mil alunos. “Não basta formar apenas doutores, é preciso ter pessoas de nível médio profissionalizante, capazes de fazer as tarefas no nível intermediário”, disse a diretora, informando que nessa área são em torno de 2.800 alunos.

Contribuição da UEA

O reitor da Universidade do Estado do Amazonas, José Aldemir de Oliveira, defende que a UEA tem dado sua contribuição na formação de mão de obra para várias áreas de atividade formal. A universidade mantém várias parcerias com empresas locais e outras que possibilitam estágios aos universitários. “Recentemente, surgiram projetos de empresas do PIM que permitem aos alunos, mesmo que não sejam estagiários, que conheçam a dinâmica das mesmas, possibilitando visitas in loco para terem contato com o desenvolvimento organizacional de uma compa-

nhia, desde o setor fabril até o alto escalão”, informou.

José Aldemir disse acreditar estar no caminho certo, por entender que a educação é um processo dinâmico e que não se forma da noite para o dia pessoas com capacidade inovadora e tecnológica. “Temos que investir na formação de graduados, especialmente na área tecnológica, mas é preciso formar também mestres e doutores, ou seja, pessoas com capacidade de criação de modelos, de produtos etc.”, defendeu.

A UEA possui 69 cursos que totalizam 22 mil alunos, o que significa dizer que forma profissionais para todas as áreas – indústria, comércio, serviços e construção. O reitor aponta que há uma especificidade na área de tecnologia e vários cursos de engenharia. “Estamos em tratativa de discussão de duas áreas importantes: a naval e a petroquímica, cujo mercado está requerendo”, informou Oliveira.

Trabalho

Novo ponto eletrônico entra em vigor na segunda

Entra em vigor nesta segunda-feira (2), a Portaria 1.510/2009, que estabelece novas regras para controle do ponto eletrônico. No Brasil, cerca de 700 mil empresas deverão ser enquadradas na obrigatoriedade. De acordo com o Ministério do Trabalho, as regras adotadas têm o objetivo de evitar fraudes. A lei será aplicada às empresas progressivamente de acordo com o segmento em

que atuam. As primeiras serão aquelas com atividades ligadas à indústria, ao comércio e ao setor de serviços, incluindo, entre outros, os setores financeiro, de transportes, de construção civil, de comunicações, de energia, de saúde e de educação. 25% delas já compraram o novo equipamento. Segundo o presidente do Sescon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contá-

veis no Estado de São Paulo) e coordenador do Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor, José Chapina Alcazar, a obrigatoriedade traz ônus às empresas, não garante o fim das fraudes trabalhistas e afeta o meio ambiente. "As empresas terão de manter equipamento com capacidade de 1,4 mil horas ininterruptas em casos de falta de energia e disponibilizar im-

pressora de uso exclusivo para impressão de qualidade para durabilidade de cinco anos de todas as marcações", afirma. Há dois anos, inúmeras empresas têm ingressado na Justiça contra as exigências, contestando o aumento de custos e burocracia.

O chefe da seção de Relações de Trabalho da SRTE-AM (Superintendência Regional do

Trabalho e Emprego do Amazonas), Francisco das Chagas explica que as empresas que possuem acordos de convenção com sindicatos ligados ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) poderão adquirir um equipamento mais simples, gerando menos custos.

Quanto à fiscalização do uso do ponto eletrônico, ele detalha que os auditores incluirão o item

nas auditorias rotineiras. "Não serão feitas fiscalizações apenas para o ponto. Apenas no caso de denúncias à superintendência", informou.

Para as empresas que exploram atividades agro-econômicas, as novas regras começam a valer no dia 1º de junho e para as microempresas e empresas de pequeno porte a partir do dia 3 de setembro.

Bacalhau da Amazônia em São Paulo

Depois do sucesso entre os amazonenses, o bacalhau da Amazônia deve cair no gosto dos paulistas. É que na próxima segunda-feira (2), o produto será lançado nos supermercados do Grupo Pão de Açúcar, em São Paulo. A princípio, o governo do Amazonas por meio da Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror) deve fornecer 5 toneladas para a venda. O lançamento acontece no Restaurante Dressing, a partir das 12h. Os chefs Felipe Schaedler, do restaurante Banzeiro, de Manaus, e Ednaldo Santana, do restaurante Dressing, prepararão diversas receitas para degustação do pescado. A marca Bacalhau da Amazônia também po-

passado no município de Marãã (a 635 quilômetros de Manaus). Uma segunda unidade está sendo construída em Fonte Boa (a 680 quilômetros da capital do Amazonas. Para analistas de mercado, fazer da floresta o maior aliado econômico é a alternativa para a indústria amazonense. A experiência com o bacalhau da Amazônia comercializado em larga escala pode ser o

laboratório para observar o apelo estratégico dos produtos oriundos da região. Com a chancela do Selo Verde, a indústria amazonense pode dar um salto de qualidade, e finalmente, tirar o Estado da extrema dependência da Zona Franca de Manaus. Além do pirarucu, outros produtos do extrativismo podem ser acrescentados na lista como o açaí, copaíba, juta entre outros.

Com a chancela do Selo Verde a indústria amazonense pode dar um salto de qualidade, e finalmente, tirar o Estado da extrema dependência da Zona Franca

derá alçar voos internacionais. O governo do Estado e o Ministério de Relações Exteriores (MRE) irão promover no dia 24 de abril, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, o lançamento do produto para as embaixadas estrangeiras com sede na capital federal.

Bacalhau da Amazônia

O bacalhau da Amazônia é resultado do processamento do pirarucu (Arapaima gigas), peixe exclusivo da bacia amazônica e oriundo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. A primeira indústria do produto na América do Sul foi inaugurada no ano

sim & não

Lição 1 Depois da polêmica causada pelo convênio entre a Suframa e o Cieam para a recuperação de ruas no Distrito Industrial, o Governo do Estado decidiu fazer, por conta própria, a recuperação de algumas vias da área. O investimento será de R\$ 6,8 milhões.

Lição 2 Para quem não se lembra, em 2008, a Suframa e o Cieam firmaram um convênio de R\$ 65 milhões que acabou alvo de investigações e suspeitas de irregularidades supostamente praticadas pela direção do Cieam e pela ex-superintendente da Suframa, Flávia Grosso.

Polo de piscicultura recebe investimentos de R\$ 10 mi

Com investimentos de R\$ 10 milhões, o governo do Amazonas vai transformar os campos naturais do município de Humaitá (distante a 580 quilômetros de Manaus), no sul do Estado, em um polo de piscicultura. A área é conhecida pela tradição na produção de grãos naturais.

Sem uma data prevista para a implantação do projeto, que será coordenado pela Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), a iniciativa é uma das grandes apostas do governador Omar Aziz, de forma a gerar empregos no interior do Estado.

O polo de piscicultura de Humaitá vai abrigar uma estação para produção de alevinos, uma fábrica de ração, uma fábrica de gelo e um centro de treinamento para capacitar produtores. O governo também vai subsidiar os empresários na construção de tanques-rede e financiar, por meio da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), os investidores.

O sul do Amazonas é um dos cinco polos projetados pelo governo do Amazonas para a criação de peixe em cativeiro no Estado - os outros quatro são Tabatinga, no Alto Solimões; Boca do Acre, na região do Purus; Parintins, no Baixo Amazonas e Manacapuru, na Região Metropolitana de Manaus.

A ideia é utilizar de forma

racional áreas já degradadas pelo cultivo de grãos - soja, arroz e milho - naquela região do Estado e fomentar a implantação de lâminas d'água com tanques-rede para produzir peixe em larga escala. "Hoje nossa produção de peixe em cativeiro é de 13 mil toneladas por ano, queremos chegar a 100 mil", destaca o governador Omar Aziz. Com isso, a produção de pescado no Estado saltaria dos atuais 180

APOSTA

O polo de piscicultura em Humaitá é uma das grandes apostas do governador para reavivar a economia do interior, principalmente do Sul do Estado, que é um dos cinco polos projetados pelo governo

mil, somando com a produção extrativista comercial e de autoconsumo, para 280 mil.

"É possível dobrar essa produção com tecnologia, com conhecimento e financiamento para que os empresários possam vir trabalhar e, com isso, gerar emprego. Esse é o desenvolvimento sustentável que queremos para nossa região", observa o governador. Para incentivar e atrair os produtores, a administração Aziz vai subsidiar em 50% a implantação

dos tanques-rede em até 10 hectares. Se a intenção for produzir mais, o empresário pode buscar financiamento na Afeam ou em outras instituições que oferecem crédito para a atividade produtiva.

Mudança na lei

Segundo o secretário estadual de Produção Rural, Eron Bezerra, o Amazonas é o segundo Estado do Brasil em produção de peixe por meio de piscicultura, atrás de Mato Grosso. Em seguida vem Rondônia, Roraima e Acre. Um dos entraves para um desenvolvimento maior do setor está na rigidez da legislação estadual, que, ao contrário de outros Estados, impõe restrições para a produção de peixe em lagos naturais em áreas superiores a 10 hectares. O governo do Estado estuda mudança na legislação para incentivar a produção.

"Em Roraima, por exemplo, um produtor tem 800 hectares de lâmina d'água. Se um produtor aqui no Amazonas quiser fazer uma área com mais de 10 hectares, tem que fazer um estudo de impacto ambiental. Isso nos tira competitividade", disse o secretário, que está elaborando a minuta para alteração na legislação ambiental relacionada à aquicultura. "A maioria dos produtores de Roraima e Rondônia gostaria de trabalhar no Amazonas, mas não pode por conta das limitações", completou Eron.



Secretário Eron Bezerra está otimista com esse projeto de piscicultura para o sul do AM

Município tem boa logística

Enquanto as mudanças não ocorrem, o governo trabalha com a produção em lagos artificiais e o sul do Amazonas apresenta condições bastante vantajosas para a produção de peixe em larga escala. São mais de 800 mil hectares de campos naturais. No município desenvolveu-se a tradição da cultura de grãos, o que facilita a produção de ração. Sem contar que a cidade vizinha, Porto Velho (RO), produz ração a preço competitivo. "Além de ter ração barata em Porto Velho, Humaitá tem soja e milho para a fabricação

do produto e a logística do município é uma das melhores do Estado", observa o secretário de Produção.

Humaitá possui uma posição geográfica estratégica bastante favorável, devido a sua ligação por estrada com Porto Velho, capital de Rondônia, favorecendo o escoamento do produto para o restante do Brasil, sem contar com a hidrovia da Madeira. "Podemos escoar por estrada para Porto Velho, ou pela hidrovia para Manaus", destaca Eron Bezerra.

Para viabilizar o projeto, o governo do Estado assinou convênio com a Prefeitura

de Humaitá, que vai permitir a aquisição da área para ser montada a infraestrutura do Estado, um parque de exposição, com fábrica de gelo, estação de alevinagem, fábrica de ração e centro de treinamento.

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam) está selecionando os produtores.

O Amazonas possui cinco polos de piscicultura e, segundo Eron, o de Humaitá é o que está iniciando do zero, ao lado do Purus, que historicamente nunca foram explorados comercialmente.

Sérgio Frota



ZONA FRANCA - A chegada da Red Bull ao Polo Industrial de Manaus será um grande cartão de visita do modelo Zona Franca para os investidores austríacos. A avaliação é do embaixador da Áustria, Hans-Peter Glanzer, que esteve, dia 27, em reunião com o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira (foto), na sede da autarquia. “Existem no Brasil mais de 200 empresas austríacas, mas elas precisam ampliar a visão sobre o país. Temos trabalhado nisso para mostrar que o Brasil não se limita a São Paulo e que o nordeste e Manaus são muito interessantes”, disse Glanzer.

Manaus, segunda-feira, 2 de abril de 2012.

Opinião

Governo investe R\$ 6,8 milhões para recuperar o Distrito Industrial.

A NOTÍCIA FOI PUBLICADA ONTEM NO PORTAL
D24AM.COM